



MENSAGEM Nº 005 / 2025, DE 13 DE JANEIRO DE 2025

PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUN. CASCAVEL
Recebido às 15:40 Hs.
PROTO 025/2025
Em 15/01/2025
Funcionário

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Encaminhamos à apreciação desta Egrégia Casa Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Regulamenta a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal, e dá outras providências".


É de conhecimento amplo que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. Entretanto, o constituinte, na norma inserida no art. 37, seu inciso IX, do texto constitucional prevê que "a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público".

Com efeito, a excepcionalidade e a temporariedade que justificam a contratação temporária estão bem delineadas nas hipóteses trazidas pelo presente Projeto, na medida em que se vinculou a contratação a situações de urgência ou de sazonalidade.

Dessarte, considerando a legislação municipal em vigor, solicitamos o encaminhamento da presente matéria em regime de **URGÊNCIA**.

Aproveito para renovar protestos de apreço e elevada estima a Vossa Excelência e seus dignos pares.

Paço da Prefeitura Municipal de Cascavel/CE, em 13/01/2025.


Ana Afif Mateus Sarquis Queiroz
Prefeita Municipal

A Sua Excelência
Sebastião de Castro Uchôa
DD. Presidente da Câmara Municipal de Cascavel/CE
Av. Pref. Vitoriano Antunes, 2.459, Centro, Cascavel/CE
CEP: 62.850-000



PODERE EXECUTIVO
CÂMARA MUN. CASCAVEL
Recebido Hoje às 15:40 Hs.
PROTOCOLO nº 025/2025
15/01/2025
Funcionário

PROJETO DE LEI Nº 009/2025, DE 15 DE Janeiro DE 2025.

Câmara Municipal de Cascavel
Aprovado na Sessão Extraordinária
Cascavel 21/01/2025

[Assinatura]

Regulamenta a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASCAVEL/CE, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Cascavel/CE decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil (CF), a Administração Direta e Indireta do Município de Cascavel/CE poderá efetuar contratação de pessoal, sob a forma de contrato de Direito Administrativo, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

- I - assistência à situações de calamidade pública ou de emergência declarada;
- II - assistência a emergência em saúde pública para atender a necessidade de excepcional interesse público;
- III - atuação em programas e campanhas sazonais necessários à garantia do interesse público;
- IV - admissão de professor substituto para:
 - a) suprir afastamentos temporários dos professores titulares em quaisquer hipóteses, tais como licença maternidade, licença prêmio, licença para estudos, readaptação, cessão e licença para tratamento de saúde;
 - b) cumprir o ano letivo em função de vaga por aposentadoria, falecimento ou exoneração;
 - c) projetos de correção do fluxo escolar, destinados aos alunos da Rede Municipal de Ensino com defasagem de idade série;
- V - atividades relacionadas a obrigações assumidas pelo Município junto a programas e convênios firmados com outros órgãos governamentais, programas instituídos pelo Governo Federal, implementados mediante acordos ou convênios;
- VI - substituição de servidor licenciado de cargo de provimento efetivo, desde que o afastamento seja previsto em Lei;
- VII - substituição de servidor detentor de cargo de provimento efetivo no caso de exoneração, demissão, aposentadoria, falecimento ou cessão;

[Assinatura]



VIII - suprimimento de carências funcionais imprescindíveis ao pleno funcionamento da máquina administrativa;

IX - atender situações de urgência, que possam ocasionar prejuízos ou comprometer a realização de obras ou serviços públicos caracterizados como urgentes;

X - realização de serviço considerado essencial, cuja inexecução, quando ameaçado de paralisação, possa comprometer a saúde, assistência social ou a segurança de pessoas ou bens;

XI - implementação de projetos e/ou ações governamentais nas áreas de saúde, educação, defesa civil, atividade de combate a incêndio e primeiros socorros, segurança, assistência e desenvolvimento social, cultura, esportes, turismo, lazer qualificação profissional, direitos das mulheres e de gênero, direitos humanos, proteção e defesa do consumidor, meio ambiente, saneamento e habitação, para atender aos encargos temporários ou cujas peculiaridade ou transitoriedades justifiquem a contratação;

XII - situações de urgência para garantir a realização de eventos públicos;

XIII - realização de obras e serviços de engenharia para concretização de melhorias emergenciais;

XIV - destinado à gestão e fiscalização de projetos.

Art. 3º O pessoal contratado nos termos desta Lei ficará vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, nos termos da legislação federal.

Art. 4º A contratação será feita por tempo determinado, no prazo de 12 (doze) meses, podendo ser renovada até o período máximo de 4 (quatro) anos, a contar da data de início do vínculo.

Parágrafo Único - As contratações deverão ser propostas por despacho motivado e fundamentado do Secretário Municipal ou outra autoridade responsável pela assinatura do termo, justificando o interesse público e a necessidade da contratação, nos termos da presente Lei.

Art. 5º As contratações disciplinadas por esta Lei será precedida de processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação.

§ 1º A contratação para atender às situações previstas nos incisos I e II do art. 2º desta Lei prescindirá de processo seletivo.

§ 2º A exigência prevista no *caput* deste artigo poderá ser excepcionada em casos de relevante interesse público declarado e justificado pelo Secretário Municipal ou outra autoridade responsável pela assinatura do termo.

Art. 6º A contratação somente poderá ser feita com observância da dotação orçamentária específica.

Art. 7º É proibida a contratação de servidores da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.



§ 1º Excetua-se do dispositivo no *caput* deste artigo as acumulações amparadas pela CF, condicionada à formal comprovação da compatibilidade de horários.

§ 2º Além da nulidade do contrato, a infração do disposto neste artigo implicará responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado.

Art. 8º O regime jurídico que disciplinará a relação contratual é o regime especial de Direito Administrativo previsto em contrato, aplicando-se, em caso de omissão, às disposições do Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 9º O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo:

I - término do prazo contratual;

II - iniciativa de qualquer das partes contratantes com prévia comunicação de, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência;

III - desaparecimento da necessidade pública ou pela extinção ou conclusão do projeto que ensejou a contratação temporária;

IV - em caso de descumprimento pelo contratado das cláusulas contratuais ou atuação, dentro ou fora da função, que viole flagrantemente os princípios administrativos.

Art. 10 As contratações temporárias realizadas na vigência da lei anterior ficam submetidas às disposições da presente Lei.

Parágrafo Único - Ficam ratificadas e autorizadas todas as prorrogações de contratos temporários realizados até a data anterior à publicação desta Lei.

Art. 11 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 1.386, de 22 de abril de 2009.

Paço da Prefeitura Municipal de Cascavel/CE, em 13/01/2025.


Ana Afif Mateus Sarquis Queiroz

Prefeita Municipal



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
ESTADO DO CEARÁ

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL

Parecer da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cascavel, conforme determina o inciso XV do artigo 15 do Regimento Interno a Mensagem e Projeto de Lei Nº 009/2025 de 15 de janeiro de 2025; Protocolado nesta Casa com o nº 025/2025, às 15:40 horas no dia 15.01.25, oriundo do Poder Executivo; Que regulamenta a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal, e dá outras providências.

Aos 21 dias do mês de Janeiro de 2025, estiveram reunidos os membros da Mesa Diretora para analisar a Mensagem Projeto de Lei Nº 009/2025, concedendo o Parecer Favorável pelos seguintes motivos:

1. O presente projeto de Lei tem como finalidade regulamentar a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal;
2. A Constituição Federal de 1988 deferiu aos Municípios o poder de legislar sobre a sua auto-organização e sobre assuntos de interesse local, bem como o poder de suplementar a legislação federal e estadual no que couber. Neste sentido, é o que prescreve o artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal de 1988.
3. Instituiu ainda a Constituição Federal/88 a regra do concurso público para a investidura em cargo ou emprego público (artigo 37, inciso II, da CF/88), a qual, entretanto, pode ser excepcionada nas hipóteses de contratação por tempo determinado de servidores públicos para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme dispõe o inciso IX do artigo 37 da CF/88.
4. Dessa forma, é imprescindível que cada ente federativo regule o dispositivo constitucional supracitado, dispondo acerca das hipóteses passíveis de contratação temporária, sob pena de a admissão de servidores ficar restrita apenas ao ingresso por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos.
5. Tendo com base no Art. 23, inciso XII e artigo 50º, letra a, da Lei Orgânica Municipal e inciso XV do artigo 15 do Regimento Interno e inexistindo qualquer afronta a Constituição Federal, a Mesa Diretora considera o presente projeto constitucional.




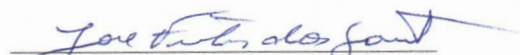
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
ESTADO DO CEARÁ

6. Vota pela aprovação da Mensagem e Projeto de Lei Nº
009/2025.

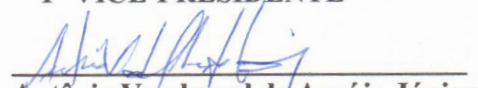
7. É o parecer.

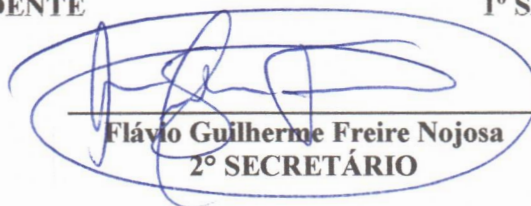
Sala das Comissões da Câmara Municipal de Cascavel, aos 21 dias
do mês de Janeiro de 2025.


Sebastião de Castro Uchôa
PRESIDENTE


José Freitas dos Santos
1º VICE-PRESIDENTE


Erimar Inocêncio de Moraes
2ª VICE-PRESIDENTE


Antônio Vanderval de Araújo Júnior
1º SECRETÁRIO


Flávio Guilherme Freire Nojosa
2º SECRETÁRIO